

Governo Temer termina marcado pelo pior ciclo de crescimento em cem anos

Érica Fraga

Folha de S.Paulo, 2.9.2018

Estudo mostra que expansão do país de 2011 a 2020 é inferior a 1%, abaixo da década perdida de 1980

O governo do presidente Michel Temer termina marcado por um inédito ciclo de baixo crescimento.

Mantido o ritmo atual, é possível afirmar que o Brasil vive neste momento o seu pior desempenho econômico em uma década desde, pelo menos, o início do século passado.

Cálculos de Fernando Montero, economista-chefe da corretora Tullett Prebon, mostram que a expansão média anual do PIB (Produto Interno Bruto), entre 2011 e 2020, deverá ser inferior a 1%, levando à estagnação da renda per capita.

Se esse resultado se concretizar, será uma nova década perdida, termo que entrou para a história em referência aos anos 1980.

Naquele período, marcado pelo descontrole inflacionário e fiscal, o PIB brasileiro cresceu a uma média de 1,6% ao ano, um pouco acima do resultado previsto para a década atual, enquanto a renda por habitante encolheu 0,4% anualmente.

As contas de Montero se baseiam em dados oficiais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) até 2017 e em projeções computadas pelo relatório Focus, do Banco Central, para este e os próximos dois anos.

O economista passou a incluir, em alguns de seus relatórios, o desempenho do PIB em uma média anual móvel de oito anos em 2015, quando ficava claro que os dois mandatos de Dilma Rousseff (PT) poderiam se tornar o período de mais baixo crescimento da história republicana.

Dilma acabou sendo afastada em 2016, mas, desde então, a fotografia captada pela série de Montero pouco se alterou.

“Passados três anos, contas nacionais revisadas, um novo governo, reorientação da política econômica e promessas frustradas de retomadas, temos quase o mesmo gráfico”, diz o economista.

Quando a projeção é feita para a década, o quadro se torna pior, porque o ano de 2010 —quando o país cresceu robustos 7,5%— sai da conta.

“Estamos vivendo um fato inédito na história brasileira, uma catástrofe econômica”, diz David Kupfer, professor de economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O pífio desempenho atual é resultado da combinação entre a profunda recessão ocorrida entre 2014 e 2016 e a incapacidade de o país engatar uma recuperação mais vigorosa desde então.

Em 2017, o PIB cresceu apenas 1%. Para 2018, os economistas esperam expansão de 1,47%. Há uma expectativa de aceleração nos próximos dois anos, mas com crescimento anual ainda baixo, próximo a 2,5%.

Para que o período entre 2011 e 2020 tenha desempenho ligeiramente superior ao da década de 1980, a expansão média nos próximos dois anos precisará ser muito mais vigorosa, na casa de 6%. Hoje, isso parece quase impossível.

O PIB do segundo trimestre, divulgado na sexta-feira (31), revelou uma economia estagnada, em consequência da paralisação dos caminhoneiros, em maio deste ano, que agravou um quadro já lento de recuperação.

Agora, a tendência é que os economistas reduzam ainda mais suas projeções.

Embora uma expansão de 6% pareça improvável, Montero diz acreditar que o país pode crescer mais do que os 2,5% previstos para os próximos anos, caso o presidente eleito em outubro indique que manterá o compromisso com reformas para melhorar o quadro fiscal.

Segundo ele, isso levaria a uma recuperação da confiança na política econômica, abrindo espaço para a retomada da redução dos juros e outras medidas de estímulo monetário, como diminuição dos depósitos compulsórios.

“Com o atual cenário de inflação baixa e juros ainda altos, há espaço para tentar estimular a demanda por meio da política monetária”, diz Montero.

Na opinião do economista, a sinalização de compromisso com o controle dos gastos públicos e o estímulo monetário podem levar a um ciclo de consumo e investimentos privados mais robustos e sustentáveis.

Kupfer, da UFRJ, discorda que a ênfase no curto prazo deva ser o controle de gastos públicos. Para ele, a única forma de dar vigor à recuperação seria, ao contrário, o aumento de investimentos do governo em infraestrutura.

“A política de austeridade dos últimos anos se mostrou incapaz de estimular a economia. Apesar disso, criou-se um falso dilema no país de que todo o gasto público é ruim”, diz.

As opiniões diferentes refletem uma divisão existente entre os economistas brasileiros.

De um lado, há os que dizem acreditar que o problema do governo atual, de Temer, foi ter falhado na aprovação de mais medidas para sinalizar compromisso com a redução do déficit público.

De outro, há os que acham que a austeridade excessiva contribuiu para a lenta recuperação e que o investimento privado só vai reagir se o governo entrar em cena antes.

Embora os diagnósticos sobre as causas da recessão também não sejam idênticos, há um grau maior de convergência sobre o que teria sido um dos principais erros do governo Dilma: a manutenção de uma política de gastos elevados após 2010, quando os efeitos da crise financeira global de 2008 sobre o Brasil já haviam se dissipado.

Muitos especialistas dizem que o aumento do gasto, somado a uma postura de tolerância com a inflação, teria contribuído para a alta de preços, o que forçou o Banco Central a subir juros quando a economia já desacelerava.

Fernando Veloso, economista do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), afirma que outras decisões tomadas na tentativa de injetar ânimo na economia — como desonerações e subsídios a setores e grupos empresariais específicos — acentuaram distorções.

Para ele, o excesso de intervencionismo criou insegurança jurídica e favoreceu empresas que não eram, necessariamente, eficientes.

O resultado foi que o investimento não reagiu como o esperado pelo governo. Com a crise, o desemprego disparou, derrubando o consumo.

“Quiseram reinventar a roda e saiu um triângulo”, diz Montero, da Tullett Prebon.

Em 2015, no primeiro ano do seu segundo mandato, Dilma mudou a direção da política econômica, buscando maior austeridade.

Após o impeachment de 2016, a gestão Temer acelerou a busca por medidas que visavam ao controle fiscal.

O ímpeto reformista do governo, porém, murchou, principalmente após o vazamento da gravação feita pelo empresário Joesley Batista da conversa entre ele e o presidente. A reforma da Previdência, principal projeto de Temer, por exemplo, teve a tramitação paralisada.

Desde então, o cenário de incerteza —agravado pela indefinição eleitoral e pela paralisação dos caminhoneiros— reduz as expectativas em relação à economia.

Para especialistas, sem um retorno da confiança e dos investimentos, será difícil levar o país ao crescimento.

“A falta de investimentos tem acentuado ainda mais nosso atraso tecnológico. E isso agrava o mal crônico da nossa baixa produtividade”, diz Leonardo Mello de Carvalho, pesquisador do Ipea.

Veloso, da FGV, ressalta que a baixa eficiência da economia brasileira impede uma expansão vigorosa há décadas.

“A produtividade do trabalho tem crescido a uma média anual de 0,5% no Brasil desde a década de 1980. É um resultado muito ruim”, diz.

Para ele, a melhora do quadro depende de medidas para reduzir os altos subsídios que ainda prevalecem, aumentar a qualidade da educação, diminuir a burocracia e descomplicar o ambiente de negócios.

“Sem passos nessa direção, será difícil voltarmos a crescer”, afirma.